

Alto preço para colocar títulos

Por que o Brasil paga mais para colocar título no mercado externo

por Maria Christina Carvalho de Londres

Por que o Brasil ainda paga mais para colocar seus títulos no mercado internacional do que outros países de economia muito menor e com maior potencial de instabilidade da Ásia?

Essa questão atormenta Richard Watkins, principal executivo do Lat Invest Securities Limited, banco de investimento inglês que fundou com outros três colegas egressos do Schroder, associando-se ao grupo brasileiro Bozano, Simonsen e ao mexicano InverMexico.

Watkins mostra números eloquentes: enquanto uma empresa brasileira do porte da Odebrecht pagou em setembro

500 pontos-base acima da taxa interbancária de Londres (Libor) para captar US\$ 50 milhões por três anos, a indiana Bata pagava 130 pontos, a China, 125 pontos para levantar fundos para construir uma rodovia, uma empresa da Tailândia 100 pontos e uma da Grécia, 50 pontos.

A desconfiança do investidor internacional, traduzida pela exigência de juros maiores, afeta outros países da América Latina. Mas o México, por exemplo, já paga menos do que o Brasil, 200 pontos-base acima da Libor.

O principal executivo da LatInvest acredita que a América Latina ainda é estigmatizada pela crise da dívida de 1982, desencadeada quando os bancos internacionais suspenderam os créditos novos e México e Brasil fizeram a moratória dos pagamentos ao exterior. No caso do Brasil há uma injustiça, pois os pagamentos de bônus jamais foram suspensos.

Watkins, que criou o LatInvest como banco especializado na América Latina, apostando que os investimentos na região registrariam a mesma valorização expressiva do "boom" do mercado asiático, que testemunhou quando trabalhava na Schroder, acredita que a situação vai mudar.

"A percepção dos investidores internacionais vai mudar, e eles vão entender melhor a importância das mudanças que estão sendo realizadas na região", diz Watkins, acrescentando que países como o México e a Argentina estão em vantagem, pois iniciaram suas reformas econômicas antes do Brasil.

O Brasil acabou de lançar o primeiro programa mais sério de estabilização da economia, o Plano Real. "Mas o novo presidente tem de dar continuidade ao processo, limpar o orçamento e mudar a Constituição. Deve levar ainda dois anos para o Brasil pagar os 200 pontos que o México paga agora", prevê Watkins. Wilber A. Colmerauer, "head of syndicate" do LatInvest, acrescenta mais um ingrediente. Segundo ele, o Brasil se vende mal. "Dez vezes por ano o ministro mexicano Pedro Aspe vem a Londres falar com investidores. O argentino Domingo Cavallo, cinco vezes por ano. Os ministros brasileiros raramente fazem isso. A instabilidade da equipe econômica também não ajuda. Pedro Aspe sempre começa suas palestras dizendo que faz parte do governo mexicano há dez anos e que todos já o conhecem, tirando proveito desse fato em uma comparação indireta com o Brasil", conta.

Esses fatos não desanimam, porém, a LatInvest, pois indicam simultaneamente o grande potencial de negócios com o Brasil. Como lembra Colmerauer, o mercado mexicano já está muito competitivo, especialmente pela proximidade dos bancos norte-americanos, e na fase de garimpagem de boas empresas fechadas que queiram abrir o capital.

Foi o caso da empresa mexicana da área de construção GMD, que fez sua primeira oferta pública de ações em nível global no final do ano passado, logo após a aprovação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), em uma operação da qual o LatInvest participou. Foram colocados US\$ 300 milhões em ações, com sucesso total. "O líder da operação ortodoxa de aumentar o preço original de US\$ 14,00 para US\$ 17,00 por ação, mas ninguém desistiu", afirma Colmerauer.

O LatInvest, com apenas dois anos de vida, participou de 70% das emissões de American e Global Depositary Receipts (ADR e GDR) — recibos representativos de

ações negociados nos Estados Unidos e no resto do mundo, respectivamente — e de 15% dos lançamentos de bônus e notas feitos pela América Latina, em um total de sessenta operações. Em doze delas atuou como co-líder, um papel normalmente assumido por bancos de investimento de grande porte e tradicionais.

No mês passado, liderou o lançamento das notas de juros flutuantes da Odebrecht; e, anteriormente, foi um dos líderes da emissão de US\$ 138 milhões em ADR e GDR da Companhia Suderúrgica de Tubarão (CST) e é um dos três "market makers" do papel na Stock Exchange Automated Quotation (SEAQ), sistema de cotação por terminal de computador do mercado londrino, dando-lhes liquidez diária.

Mas o LatInvest é também especializado em pesquisa de alternativas e estratégias de investimento na América Latina, e publica trimestralmente relatórios com indicações e acompanhamento de empresas da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia, do México, Peru e da Venezuela. Seu trabalho nessa área foi considerado o nono melhor em "ranking" elaborado pela publicação Institutional Investors.

Agora o LatInvest prepara-se para estender sua atuação ao mercado norte-americano, pois acabou de adquirir uma corretora em Nova York. A corretora pertencia ao sócio majoritário do LatInvest, o grupo mexicano InverMexico, dono do Banco Mexicano e ligado ao grupo industrial DESC, com ativos de aproximadamente US\$ 3 bilhões.

Com a operação — na realidade um acerto interno entre os acionistas —, o capital da LatInvest cresceu para US\$ 25 milhões, com a incorporação dos US\$ 5 milhões do capital da corretora norte-americana e US\$ 10 milhões de lucros reinvestidos. O Banco Bozano, Simonsen fez um aporte para manter sua participação, de 12%. O grupo administrador diminuiu sua fatia de 28% para 21,5%; e a posição majoritária restante é da InverMexico, que anteriormente possuía 60% do capital.